



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO**  
**(COMPRAS)**

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**  
**(Processo Administrativo n.º 00091.009538/2021-41)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais de consumo para suprir as demandas da Sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO) R\$
1	<b>ALICATE DE CRIMPAR PROFISSIONAL</b> - Para terminais RJ11 (4 pinos), RJ12 (6 pinos) e RJ45 (8 pinos). - Corpo forjado em aço carbono. - Pintura eletrostática. - Cabos com revestimento emborrachado. - No mínimo, 2 (duas) lâminas em aço inoxidável de corte para decapar cabos em um lado, e uma Lâmina de corte para cortar cabos no outro lado. - Possuir catraca de pressão para abertura e fixação no fechamento. - Ação de crimpagem vertical; e Cabeça de conectorização de alta precisão.	136760	Unidade	8	246,22
2	<b>CORDÃO CABO UTP 1,5 METROS</b> - Cordão Patch Cord, tamanho 1,5 metros; - Flexível, na cor azul; - <b>Categoria 6</b> - T568A - Profissional - Capa injetada na crimpagem industrial junto ao conector - base bronze fosfórico - 4 pares	437666	Unidade	250	13,32
3	<b>CORDÃO CABO UTP 3 METROS</b> - Cordão Patch Cord, tamanho 3 metros; - Flexível, na cor azul; - <b>Categoria 6</b> - T568A - Profissional - Capa injetada na crimpagem industrial junto ao conector - base bronze fosfórico - 4 pares	383991	Unidade	200	26,54
4	<b>CORDÃO CABO UTP 5 METROS</b> - Cordão Patch Cord, tamanho 5 metros; - Flexível, na cor azul; - <b>Categoria 6</b> - T568A - Profissional - Capa injetada na crimpagem industrial junto ao conector - base bronze fosfórico - 4 pares	367307	Unidade	200	36,50
5	<b>CAIXA de CABO UTP – CATEGORIA 5e:</b> - Utilização para rede Multilan, 24AWG x 4 pares trançados, composto de condutores de cobre nu, isolados em polietileno especial, capa externa em PVC, não propagante em chamas (conforme UL-444), na <b>cor Azul</b> ; - Embalagem em FastBox com a gravação da Data de fabricação, contendo 305 metros de cabo contínuo; - Características de transmissão verificada até 100 MHz, conforme Norma ANSI EIA/TIA 568B.2 e velocidade nominal de propagação = 68%; - 100% Cobre – <b>(Não será aceito cabo tipo CCA alumínio revestido com cobre).</b>	339508	Unidade	90	618,75
6	<b>CAIXA de SOBREPOR APARARENTE PARA TOMADAS MODULARES KEYSTONES FÊMEA RJ-45:</b> - Categoria <b>5e</b> , corpo em termoplástico não propagante a chama; - Possuir 2 saídas, com suporte de fixação, para os conectores punch-down keystone fêmea; - Tampas de proteção frontal articuladas através de molas (auto retrátil), orifício para entrada dos cabos UTP; - Na cor branca ou bege, acompanhado de parafusos de fixação, etiqueta adesiva de identificação e abraçadeira plástica.	339862	Unidade	250	12,51
7	<b>CONECTOR TIPO KEYSTONE FÊMEA RJ-45:</b> - Categoria <b>5e</b> , corpo em termoplástico não propagante a chama, vias de contato com camadas em níquel e ouro, possibilitando fixação de fios através de punch down; - Montado em placa de circuito impresso dupla face, contendo protetores de pinagem; - Etiqueta marcadora de cores nas laterais, possibilita a fixação	319123	Unidade	500	8,95

	diretamente sobre tampa de proteção frontal autorretrateis, pinagem T568A/B; - Compatível com espelhos e tomadas modular de sobrepor.				
8	<b>CONECTOR MACHO TIPO RJ-45:</b> - Com 8 vias para fixação em terminação de cabo UTP Categoria 5e; - Corpo em Policarbonato, transparente, não propagante em chamas, com contato em bronze fosfórico com 1,27 micrômetros de ouro sobre 2,54 micrômetros de níquel; - Atender a norma ANSI/TIA/EIA 568 de performance, para conectorização de condutores flexíveis para uso em rede Fast Ethernet (100 Mbps).	249072	Unidade	1.500	1,30
9	<b>FILTRO DE LINHA (TIPO RÉGUA) COM 5 TOMADAS:</b> - Filtro de linha tipo régua; - Com 5 tomadas 2p+t; - Novo padrão (NBR 14136); - Para ligação de equipamentos eletroeletrônicos, - Tensão de operação 250 volts - Corrente máxima 10 Amperes; - Com chave liga/desliga; - Led indicativo; - Plástico anti-chamas; - Comprimento do cabo de força de 90 cm, ou, superior; - Tomadas em posicionamento diagonal.	232306	Unidade	50	43,72
10	<b>FITA ROTULADORA BROTHER:</b> - Fita para rotuladora marca Brother; - Modelo PT-70, M231; - Tipo M-Tape; - 12 mm – ½"; - Contendo 8 metros; - Impressão preto sobre branco; - Autoadesiva.	279197	Unidade	25	67,27
11	<b>ORGANIZADOR ESPIRAL</b> - Externo, de 2 Polegadas; - Para cabos de informática; - Formato de mangueira - Flexível, preto; - Fabricado em Polietileno.	151037	Metros	100	19,55
12	<b>ORGANIZADOR ESPIRAL</b> - Externo, de 3/4 Polegadas; - Para cabos de informática; - Formato de mangueira - Flexível, preto; - Fabricado em Polietileno.	151037	Metros	200	13,92
13	<b>CABO DE FIBRA ÓPTICA</b> - Tipo Monomodo (MM) em 4 Vias, contínuo; - Autossustentado; - Proteção contra intempéries para instalação externa, em termoplástico; - Resistente a penetração de umidade; - Revestimento primário de fibra em acrilato; - Fibra reforçada (FRP) – Elemento pultrudado; - Na cor preta.	041521	Metros	400	15,12
14	<b>CANALETA LISA em PVC (Cloro de Polivinila)</b> - Base e tampa de fixação sobre alta pressão; - Medida de 50mm (L) x 20mm (A) x mínimo de 2.000mm (C); - Contendo 2 ou 3 divisórias internas; - Rígida de alto impacto e anti-chamas; - Para uso em sistema de instalação aparente, na cor Branca.	265016	Unidade	150	26,82

1.1.1. A participação neste Pregão será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte caso o valor seja menor ou igual àquele disposto no art. 6º do Decreto nº. 8.538, de 2015, que dispõe que "os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens ou lotes** de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ".

1.1.2. O valor estimado para a aquisição é de **R\$ 101.825,51 (cento e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)** para os materiais. Os valores foram baseados em pesquisas realizadas no endereço eletrônico do Painei de Preços e nos sítios eletrônicos especializados, conforme a Instrução Normativa nº 3, do Art. 2º, incisos I e III, de 20 de abril de 2017, MPOG.

1.1.2.1. A estimativa de preço baseia-se na pesquisa efetuada no site Painei de Preços de tais produtos, sendo:

Item	Produto	QTD	Preço Unitário Estimado (R\$)*	Preço Total Estimado (R\$)
1	ALICATE DE CRIMPAR PROFISSIONAL	8	246,22	1.969,76
2	CORDÃO CABO UTP 1,5 METROS	250	13,32	3.330,00
3	CORDÃO CABO UTP 3 METROS	200	26,54	5.308,00
4	CORDÃO CABO UTP 5 METROS	200	36,50	7.300,00
5	CAIXA de CABO UTP – CATEGORIA 5e	90	618,75	55.687,50
6	CAIXA de SOBREPOR APARARENTE PARA TOMADAS MODULARES KEYSTONES FÊMEA RJ-45	250	12,51	3.127,50
7	CONECTOR TIPO KEYSTONE FÊMEA RJ-45	500	8,95	4.475,00
8	CONECTOR MACHO TIPO RJ-45	1.500	1,30	1.950,00
9	FILTRO DE LINHA (TIPO RÉGUA) COM 5 TOMADAS	50	43,72	2.186,00
10	FITA ROTULADORA BROTHER	25	67,27	1.681,75
11	ORGANIZADOR ESPIRAL 2 POLEGADAS	100	19,55	1.955,00
12	ORGANIZADOR ESPIRAL ¾ POLEGADAS	200	13,92	2.784,00
13	FIBRA ÓPTICA	400	15,12	6.048,00

14	CANALETA	150	26,82	4.023,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R(\$)				101.825,51

\* Média arredondada

- 1.1.3. A planilha detalhada se encontra no Documento 0392432; as pesquisas do sítio Painele de Preços se encontram no Relatório 0387606.
- 1.2. A licitação terá as propostas julgadas segundo o **menor preço do item**, sendo o preço estimado o máximo aceitável para a contratação.
- 1.3. A empresa vencedora do certame, durante o processo licitatório, obrigatoriamente, deverá **informar** em sua proposta comercial, **o fabricante (marca) e o modelo do objeto ofertado**.
- 1.3.1. As especificações constantes neste Termo de Referência serão confrontadas com aquelas que se encontram na documentação da fabricante do modelo que se encontra na proposta do licitante.
- 1.3.2. Em caso de não atendimento, a proposta será rejeitada.
- 1.4. Não se prevê agrupamento e cada item será adjudicado de forma individualizada, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.
- 1.5. Não será dada a margem de preferência prevista no § 5º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 nos itens objeto deste termo, pois os decretos que estabelecem tais margens nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal perderam a sua vigência.
- 1.6. Em relação à incidência de critérios ou práticas de sustentabilidade, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, ressalte-se que os itens objeto desta licitação não são para obras e serviços de engenharia e não são possuem pertinência com o rol exemplificativo previsto no art. 4º da IN.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. De forma a prestar o devido apoio técnico às demais unidades da ABIN, inclusive as Superintendências Estaduais, a Coordenação de Telecomunicações e Suporte de TI – COTS, necessita de materiais de consumo para aplicações na área de infraestrutura de rede lógica, proteção de equipamentos ativos de rede e organização de cabos e fios;
- 2.2. Além dos trabalhos cotidianos de apoio aos usuários das redes, salienta-se que em 2020 e neste ano corrente, efetuamos juntamente com a Segurança Orgânica – SEGOR, diversas ações de apoio de infraestrutura de rede para a instalação das novas câmeras de vigilância e instalação de equipamentos switches centralizadores. Situação similar ocorrida com a Coordenação de Engenharia do DAL, onde os trabalhos de apoio de infraestrutura lógica abrangeram a modernização de alguns prédios no complexo e mudanças físicas de algumas unidades. Soma-se a isto, o apoio efetuado em algumas Superintendências Estaduais e o fornecimento de cabeamento lógico para os servidores em trabalho em home-office.
- As ações descritas, proporcionaram a redução considerável de nossos recursos materiais e, para alguns componentes o término total, inviabilizando desta forma, a continuidade do apoio prestado por esta COTS. Temos em breve, o prosseguimento do apoio junto as unidades mencionadas (SEGOR e COENGE/DAL), bem como, as prováveis mudanças físicas das Superintendências do Acre, Goiás e Subunidade de Foz do Iguaçu/PR, além da readequação e locação dos servidores da SERJ para a Subsede, motivado pela obra de modernização, que ocorrerá ainda este ano, naquela unidade.
- 2.3. Em termos gerais, os materiais objeto deste documento possuem como característica comum a ampla disponibilidade no mercado e o quantitativo solicitado atende as necessidades do Órgão pelo período de 12 meses.
- 2.3.1. Conforme disposto no item 1.1, neste Documento constam apenas os **materiais de consumo**.
- 2.4. Para a estimativa do quantitativo foram consideradas as últimas aquisições, em especial aquela que ocorreu em 2019, conforme documento SEI 0392709.
- 2.5. Conforme disposto no item 2.1, os materiais a que se referem este Termo podem ser divididos em três categorias e a aquisição deles se justifica pelos seguintes motivos:
- 2.5.1. **Materiais para uso na infraestrutura de rede (itens 1 a 8 e 13):** trata-se de alicates de crimpar, cordões de cabo UTP, cabos de rede (CAT 5E), caixa de sobrepôr, conectores RJ-45 (macho e fêmea). A aquisição se faz necessária para a expansão e modernização da rede de dados do Órgão, além da manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura.
- 2.5.2. **Material para infraestrutura elétrica (item 9 e 14):** trata-se de material (filtro de linha e canaletas) necessários para expansão da quantidade de tomadas elétricas para os equipamentos de informática e para passagem segura de cabos elétricos.
- 2.5.3. **Materiais para organização e identificação da infraestrutura de rede e elétrica (itens 10 a 12):** materiais não pertinentes às demais categorias e cuja função é a identificação e organização de equipamentos e cabos.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. As especificações se encontram pormenorizadas na tabela do item 1.1 do Termo de Referência.
4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Os materiais pretendidos são considerados bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Os materiais descritos são encontrados por empresas do ramo eletroeletrônicos, possibilitando desta forma, uma concorrência e vantajosidade para a instituição.
- 4.2. Ressalta-se, que os objetos classificados como bens de consumo, não são especificados com características direcionadas exclusivamente à área de informática, conforme art.16-A da Lei n.º 8.248/1991.
5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
- 5.1. Os objetos deverão ser entregues, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela fornecedora, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Bloco S, Brasília – DF, CEP: 70.610-905, em dia útil, no período das 8:30h às 12 horas e das 14 às 17 horas.
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca/fabricante, modelo*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
9. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
10. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
11. **DO PAGAMENTO**
- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\left( \frac{6}{365} / 100 \right)$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	--------------------------------------	--

## 12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 13.1.1. Trata-se de material de consumo para pronta entrega e cuja instalação e operação são simples, estando os técnicos do Órgão capacitados para tais tarefas; e
- 13.1.2. A garantia legal (estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor) e a garantia Contratual (acrescentada pelo fabricante e/ou fornecedor) já são o suficiente para a plena execução contratual.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias 20 (vinte) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. **A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

15.1. O prazo de garantia do objeto desta contratação deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, ou então aquele concedido pelo fabricante dos produtos adquiridos, prevalecendo o maior.

15.2. Caso o objeto adquirido, neste compreendido os produtos novos, originais e de primeiro uso, apresente vício que não decorra do seu normal uso, a contratada obriga-se a substituí-lo ou repará-lo às suas expensas durante o prazo de garantia.

15.3. Incumbe à contratada o ônus da prova da origem do defeito.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 101.825,51 (cento e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos).**

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

17.1. POA A0326 - Aquisição de materiais permanentes e de consumo para suprir as demandas da ABIN.

Brasília, 14 de setembro de 2021

Documento assinado eletronicamente